

'Centrão' rompe, não exhibe voto e atrasa Constituinte

BRASÍLIA — O Centrão rompeu o acordo para votação do princípio do direito de propriedade na Constituição e, em consequência, foi derrotado em plenário, além de ter provocado impasse na Constituinte. O item relativo ao direito de propriedade acabou tendo a votação adiada para depois do carnaval. Hoje, as lideranças voltam a se reunir para tentar novo acordo.

Desde o início da sessão, as lideranças do Centrão não mantinham mais a unanimidade a favor do texto do acordo, definido um dia antes durante reunião no Palácio do Planalto com o presidente da Constituinte, deputado Ulisses Guimarães, que comandou as negociações. Pelo acordo, o Centrão mantinha a indenização prévia em dinheiro e, em contrapartida, aceitava a definição de que o direito de propriedade é assegurado, sem prejuízo do bem-estar social. A liderança do PMDB aceitava trocar a expressão "subordinada ao interesse social" por "sem prejuízo do bem-estar social".

Recuo — Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), um dos principais negociadores, um telefonema do líder do PFL, deputado José Lourenço, ainda na parte da manhã, comprometia o acordo. O senador foi informado por Lourenço de que o Centrão não podia votar no texto do acordo porque as bases estavam reagindo contra. Lourenço, Gerson Peres e Roberto Cardoso Alves são os líderes do grupo que recuaram. Outros, como Gastoni Righi, queriam votar pela negociação.

Pelas normas da Constituinte, primeiro era necessário votar o texto do Centrão. Se rejeitado, seria votado o texto da Sistematização, e só então o texto do acordo. Mas o Centrão, que já havia rompido as negociações e recuara, tentou aprovar o seu próprio texto, que não continha qualquer referência ao bem-estar social ligado ao direito de propriedade. Conseguiu somente 236 votos a favor, contra 248 e 19 abstenções. Precisava ter obtido o mínimo de 280 votos.

Também o texto da Comissão de Sistematização não conseguiu os 280 votos para ser aprovado. Obteve somente 255 votos contra 214 e 42 abstenções. Logo após, foi votada mais uma proposta, do deputado Amaury Müller (PDT-RS), também rejeitada (177 votos contra 249 e 25 abstenções). Criou-se então o buraco cinza, ou seja, em 48 horas, o relator Bernardo Cabral deve apresentar um novo texto sobre o assunto, mas os trabalhos da Constituinte continuam normalmente com a votação

dos demais itens. Depois de apresentação do novo texto, os parlamentares terão 24 horas para entrarem com destaques, o que levaria a votação para sexta-feira. A previsão, porém, é que ocorra depois do carnaval.



Fernando Henrique (E) e Covas tentam salvar a votação

Penhora livre os pequenos

A pequena propriedade rural, desde que sirva para o sustento da família, não poderá ser objeto de penhora para pagamento de dívida decorrente de sua atividade produtiva. A decisão foi tomada ontem pela Constituinte, que remeteu para a lei ordinária a definição dos meios de se financiar o desenvolvimento dessas pequenas propriedades.

Foi a primeira matéria aprovada pelo plenário desde as 13h30min, quando os constituintes se reuniram para decidir sobre o direito de propriedade. As 19h, sem que uma só emenda sobre o assunto obtivesse maioria, ficou decidido que o relator Bernardo Cabral elaboraria

um texto consensual durante a noite. As 11h de hoje, ele promete apresentar às lideranças partidárias uma solução que aglutine o desejo da maioria.

Por 406 votos favoráveis e 27 contra, a Constituinte decidiu-se por essa proteção

à pequena propriedade depois de fundir emendas propostas por Nelson Carneiro, Joaquim Sucena e Afif Domingos. Até então, discutia-se exaustivamente um texto para disciplinar o direito de propriedade e, no auge desse debate, o senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) foi vaiado pelo Centrão quando se referiu às "relações do homem com o homem".

Ele sustentava, com apoio da esquerda do PMDB, que a relação homem-propriedade é política e que não se identifica com o valor da relação homem/coisa, "porque o direito de propriedade é um direito que exclui todos os outros".

Bisol defendia emenda proposta por Luís Ignacio Lula da Silva, que tentava disciplinar a propriedade como um bem a ser assegurado pelo estado e subordinado ao interesse social.

Movimento tem 73 ausentes

Dos 291 constituintes que assinaram a proposta do Centrão que definia o direito de propriedade na Constituição, 36 não apareceram para votar, 28 votaram contra e 9 se abstiveram, totalizando 73 defeições. A emenda do Centrão recebeu, em contrapartida, apoio de 18 constituintes que não haviam assinado a proposta, mas isso foi insuficiente, já que o grupo conseguiu reunir apenas 236 votos. "Assinatura não é voto", voltou a lembrar o líder do PMDB, senador Mário Covas.

A defeição do Centrão aumentou ainda mais na segunda votação, quando vários parlamentares que haviam votado a favor do Centrão acabaram acompanhando a esquerda e a liderança do PMDB, votando a favor do texto da Sistematização. O que surpreendeu, nas duas votações, particularmente na segunda, foi o alto índice de abstenção. Quando foi votado o texto do Centrão, foram 19 abstenções ao todo. Quando foi votado o texto da Sistematização, as abstenções aumentaram para 42, quase todos integrantes do Centrão, que não quiseram votar contra o texto da Sistematização, apesar de já ter sido derrotado na primeira votação.

Apenas no intervalo entre as duas votações, o Centrão perdeu 22 votos, já que obteve para sua emenda 236 apoios e, na hora de votar o texto da Sistematização, apenas 214 disseram não. A surpresa maior foi o crescimento de apoio que teve a proposta da Sistematização. Aos que haviam dito não para a emenda do Centrão, num total de 248 votos, juntaram-se mais sete parlamentares já que 255 foram a favor da Sistematização. Faltaram apenas 25 votos para que o texto da Sistematização fosse aprovado, porque o número exigido é de 280. Se os 42 que se abstiveram de votar na segunda votação tivessem votado a favor da Sistematização, a proposta teria sido aprovada.

Alguns constituintes que assinaram a emenda do Centrão e votaram contra foram Manoel Moreira (PMDB-SP), Adroaldo Streck (PDT-RS), Roberto Torres (PTB-AL), Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Eraldo Trindade (PFL-AP), Ismael Wanderley (PMDB-RN) e Nion Albernaz (PMDB-GO). Outros, como Adrubal Bentes (PMDB-PA) e Carlos Alberto (PTB-RN), se abstiveram e acabaram votando a favor do texto da Sistematização. Outros ainda, que não assinaram a emenda do Centrão e votaram a favor foram, por exemplo, Jofran Frejat (PFL-DF) e Alarico Abib (PMDB-PR).

Desacordo sobre acordo acaba mal

Franklin Martins

Ontem, bem cedo, tocou o telefone na casa do deputado Luís Eduardo (PFL-BA), do Centrão. No outro lado da linha, Bonifácio de Andrada (PDS-MG), foi enfático: "Esse acordo não presta. Não podemos aceitá-lo". Desde a noite de segunda-feira, o deputado mineiro, um dos líderes mais respeitados do grupo, começou a bombardear o entendimento feito no Palácio do Planalto sobre o direito de propriedade. Só para o deputado José Geraldo (PMDB-MG), que havia participado da reunião no Planalto, Andradinha ligou três vezes, batendo sempre na mesma tecla: o texto era perigoso, colocando em risco o direito de propriedade.

De manhã, ele ganhou um importante reforço. Alguns assessores jurídicos da Fiesp entraram na cruzada contra o acordo, usando a mesma argumentação. O deputado José Lins, que desde a semana passada defendia uma posição dura do grupo em relação ao item, somou-se ao movimento. Nas bases do Centrão, o descontentamento cresceu rapidamente.

Contatos — Enquanto isso, José Geraldo continuou trabalhando pelo acordo. As 9h30min, foi ao gabinete de Mário Covas (SP) saber se as consultas realizadas pela liderança do PMDB referendavam o entendimento. Saiu satisfeito, com a certeza de que pelo lado do PMDB o entendimento estava consagrado. As 9h45min, Covas, Fernando Henrique Cardoso (SP), Antônio Brito (RS) e Euclides Scalco (PR) acertaram os pontos e dividiram os contatos com os outros partidos e as alas do PMDB, para comunicar os resultados da negociação. "As 11h15min, Covas recebeu um telefonema do líder do PFL, José Lourenço, que na noite anterior, na reunião do Planalto, havia se comprometido com o acordo.

— Estou tendo problemas do meu lado. Não sei se dá para manter o entendimento — disse Lourenço.

— Problemas eu também tenho. Segure os seus radicais que eu seguro os meus, e vamos fechar o acordo — respondeu Covas.

Quinze minutos depois, novo telefonema de Lourenço. Covas, acertando com seus vice-líderes os últimos detalhes, pediu à sua secretária que avisasse que ele ligaria de volta em poucos minutos. Não foi necessário. O líder do PFL deixou com a secretária o recado que não haveria acordo.

Grupos — A mensagem de Loureiro exprimia a divisão do Centrão. Pelo menos três grupos se enfrentavam desde a noite anterior. Um queria romper o acordo de toda maneira, puxado por Andradinha e José Lins. Outro não gostou do entendimento, mas queria honrar o compromisso assumido com o PMDB; era liderado pelos deputados Luís Eduardo e Afif Domingos (PL-SP). A terceira ala, encabeçada por José Geraldo, Luís Roberto Ponte (RS) e Gastone Righi (PTB-SP), defendia o acordo.

Quando começou a sessão, ninguém se entendia no Centrão. "Está uma bagunça generalizada", constata José Lins, com um inexplicável sorriso nos lábios, enquanto José Lourenço espalhava que o entendimento havia gorado por causa da oposição de Covas, o que foi imediatamente desmentido pelo líder pemedebista. Em frente à mesa, mais de 50 constituintes tentavam salvar algum tipo de acordo.

Nesse momento, as esquadrinhas comunicaram ao líder do PMDB que votariam contra o acordo, se ele se concretizasse. "Já tínhamos topado um texto diferente do que queríamos. No Planalto, vocês chegaram a acordo sem nos consultar. Agora o Centrão faz mais exigências ainda. Assim não há. E o PMDB deveria bater chapa com o Centrão", disse o líder do PCB, Roberto Freire. "Vamos ter paciência. A responsabilidade do rompimento do acordo terá de ser do Centrão", respondeu Antônio Brito.

Acusações — A paciência do PMDB logo foi recompensada. As divisões internas do Centrão obrigaram-no a manter o seu texto original. "Sou pelo acordo, mas temos de ser pragmáticos. Se o Centrão voltar com ele, racha. Se votar na sua proposta, mantem-se tudo", sintetizou, desolado, o deputado Ricardo Izar (PFL-SP). Encerrada a votação, o Centrão amargou uma dura derrota num dos pontos cruciais da Constituição.

Sentindo o golpe, suas principais lideranças não conseguiram se entender sequer na interpretação do resultado e começaram as acusações mútuas. "Andradinha é o grande responsável pelo rompimento do acordo, o que vai comprometer as futuras negociações", disse José Geraldo. "O grande erro foi ter fechado um acordo sem consultar o grupo", avaliou Luís Roberto Ponte. "Quando se dá uma delegação para alguém negociar, tem de se respeitar o que foi acertado", criticou Luís Eduardo. "O resultado foi ótimo e derruba a ilusão de que vamos fazer uma Constituição sem negociar", comentou Afif. "Está provado que não se pode fazer uma Constituição só com uma maioria de 280 votos. Temos de procurar o consenso. E o caminho é a negociação", disse Gastone Righi.

Sarney Filho vota sem estar no plenário

BRASÍLIA — No momento em que a mesa diretora da Constituinte liberou os resultados da votação da emenda do deputado Amaury Müller (PDT-RS) sobre o direito à propriedade, parte da bancada do Maranhão não escondeu seu contentamento. Aparecia pela segunda vez, na lista de votantes, o nome do deputado Sarney Filho (PFL), ausente. E, como da primeira vez, agora Sarney Filho tornava a votar nas propostas do Centrão.

O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ) esperou cerca de vinte minutos e, após a proclamação do resultado — a emenda de Amaury Müller foi rejeitada —, pediu uma questão de ordem à mesa. Anunciou em tom bombástico: "É sério o que vou falar. O deputado Sarney Filho votou, mas ele não está aqui. Telefonei para o gabinete dele antes de vir cá fazer a denúncia. Os funcionários informaram que ele está em São Luís do Maranhão. Tem gente votando duas vezes".

De fato, Sarney Filho estava em São Luís do Maranhão até às 14h de ontem, quando viajou para Brasília. A informação foi obtida à noite em sua casa, em São Luís. O empregado que informou não soube precisar se o deputado viajou de avião de carreira ou de jatinho. Como só existem dois vôos regulares à tarde de São Luís para Brasília, e ambos chegaram, respectivamente, às 17h30min e 18h30min, o deputado não poderia ter comparecido às votações, que aconteceram antes. Sarney Filho não foi encontrado à noite, em Brasília.

Inimigos — A denúncia de Brandão Monteiro causou constrangimento na bancada do Centrão, que se posta do lado direito do plenário. Procurando dar o troco, o deputado Erwin Bonkoski (PMDB-PR) quis encontrar uma vítima do lado da esquerda. Pediu uma questão de ordem e gritou: "O deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) não está presente. E o voto dele foi computado".

Bonkoski deu-se mal. Fruet estava sentado do lado esquerdo. Levantou-se imediatamente para anunciar sua presença. Ai, encaminhou-se para um microfone e pediu a votação urgente do projeto de resolução de sua autoria que pune com a cassação do mandato o parlamentar que faltar a três sessões seguidas da Constituinte. Pediu certidão do comparecimento de Bonkoski. "Ele é um mau caráter. Só porque vai disputar comigo a convenção que escolherá o candidato do PMDB à prefeitura de Curitiba veio com esta", esbravejava Fruet.

A denúncia de Brandão Monteiro foi acatada pelo presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides. Ele determinou ao corregedor-geral, Jorge Arbage (PDS-PA), que apure se houve ou não fraude no voto de Sarney Filho.